

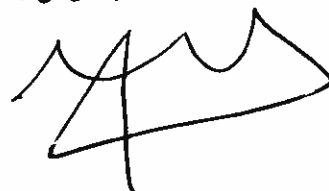
**8. ADENDA AO CONTRATO PROGRAMA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A EMPRESA TUB-TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, EM:**

Do **DPCG** submetendo à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do nº 5 do artº 47º, da lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, Adenda ao Contrato Programa-2016, entre o Município de Braga e a Empresa TUB-Transportes Urbanos de Braga – EM, cujo documento aqui se dá como reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado por todos os membros presentes na reunião.

Parecer:

Despacho:

Às de Executivos  
Municipal. 1604.27



Informação Técnica nº 3-2016/DPCG

Data: 26-04-2016

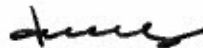
**ASSUNTO: APROVAÇÃO DE ADENDA AO CONTRATO PROGRAMA CELEBRADO  
ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A TUB-Transportes Urbanos de Braga, EM**

1. Em 23 de novembro de 2015 aprovou o Executivo Municipal uma minuta de contrato programa a celebrar entre o Município de Braga e a empresa TUB-Transportes Urbanos de Braga, E.M.
2. Minuta essa que seria, por sua vez, aprovada pela Assembleia Municipal na sua reunião de 21 de dezembro de 2015, em obediência ao disposto no nº5 do artigo 47º da lei nº50/2102 de 31 de Agosto, na sua redação atual.

3. Na sua "Cláusula 4ª - Gastos Financeiros", foi prevista uma transferência no montante de 135.500,00 euros, destinados a cobrir gastos financeiros decorrentes de transferências financeiras destinadas a equilibrar os resultados de exploração da empresa;
4. Remetido ao Tribunal de Contas para obtenção do necessário visto prévio, veio aquele Tribunal devolver o contrato em causa, solicitando que a Autarquia ponderasse a assinatura de uma adenda ao contrato programa no sentido da redução do valor total do mesmo em tal montante (135.500,00 euros).
5. De fato, no seu Acórdão 33/2014 de 24 de Setembro considerou aquele Tribunal que o relacionamento financeiro entre os Municípios e as suas empresas locais está restringido às seguintes figuras :
  - 5.1. Subsídios à exploração ao abrigo de contratos programa;
  - 5.2. Remuneração mercantil ao abrigo de contratos de prestação de serviços ou outros;
  - 5.3. Transferências financeiras exclusivamente para equilíbrio de eventuais resultados negativos de um exercício;
6. Assim, tal *numerus clausus* não abrange a possibilidade de compensação para gastos financeiros;
7. Em acolhimento da sugestão do Tribunal de Contas foi elaborada a "Adenda ao Contrato" que se anexa a esta informação para, nos termos do disposto no anteriormente referido artigo 47º , nº5, da Lei nº50/2012 de 31 de Agosto, ser submetida, caso o Sr.Presidente concorde, à aprovação do Órgão Executivo e do Órgão Deliberativo do Município de Braga.

Braga, 26 de abril de 2016

O Diretor do DPCG,



( Carlos Meireles )



## ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA – 2016

Entre:

Município de Braga, NIPC 506 901 173, com sede na Praça de Municipal, 4704-514 Braga, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio E

Empresa TUB – Transportes Urbanos de Braga – E.M., com sede na Quinta de Stª Maria, Freguesia de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) 4700-244 Braga(Maximinos), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga, sob o nº 504 807 684/NIPC, com o capital estatutário de € 6.250.000,00, representada pelos Administradores Engº Teotónio Luís Vieira Andrade dos Santos e Engº José António Baptista da Costa.

Considerando:

O ofício do Tribunal de Contas (DECOP/UAT.2/9889/2016, de 7 de Abril de 2016) sobre o pedido de visto do contrato-programa que se pretende vigore entre os outorgantes para o ano de 2016;

Que a minuta desse contrato foi aprovada em reunião de Câmara de 23 de novembro de 2015; A sugestão do tribunal de contas em retirar daquela minuta a cláusula 4ª – Gastos Financeiros, por considerar que o conteúdo da mesma extrapola os “*numerus clausus* de figuras a utilizar no relacionamento financeiro entre os municípios e as suas empresas locais”;

A necessidade imperiosa em iniciar a produção dos efeitos, materiais e financeiros, do contrato-programa acima referido,

É celebrada a presente adenda ao contrato-programa, que se rege pela cláusula seguinte:

### Cláusula 1ª

É retirada a cláusula 4ª - *Gastos Financeiros*, da minuta de contrato-programa, para vigorar entre as partes para o ano de 2016, aprovada em minuta em reunião de câmara de 23 de novembro de 2015.

### Cláusula 2ª

A Clausula 6ª – Montante global e escalonamento do pagamento, passa a ter a seguinte redação:

- 1- Os montantes apurados nas partes A e B do presente contrato programa, prefazem o valor total de 5 170 503,44, donde, excluindo o montante de 92 500 euros de



transferências provenientes da Administração Central, decorre o valor de 5 078 003,44 assumindo como subsídio global a atribuir pelo Município.

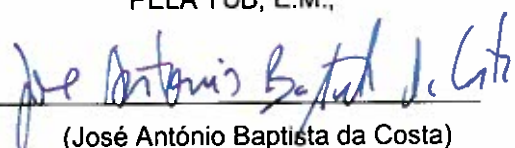
- 2- O pagamento do referido subsídio de 5 078 003,44 será processado em doze prestações mensais de 423 166,95 euros, devendo o restante valor relativo às transferências da Administração Central, valor estimado em 92 500,00 euros, ser transferido para a TUB, pelo montante total recebido, logo que seja abonado ao Município.

Braga 19 de Abril de 2016

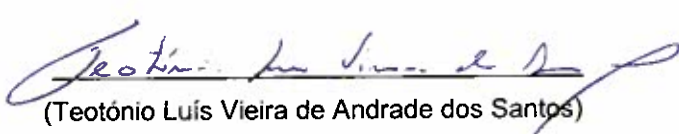
PELO MUNICÍPIO DE BRAGA,

\_\_\_\_\_  
(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PELA TUB, E.M.,

  
(José António Baptista da Costa)

E

  
(Teotónio Luís Vieira de Andrade dos Santos)



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva  
& Associados, S.R.O.C., Lda.

**TUB - EMPRESA TRANSPORTES URBANOS DE BAGA, E.M.**  
**PARECER DO FISCAL UNICO SOBRE O VALOR DOS SUBSIDIOS A**  
**EXPLORAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2016**

**Introdução**

1. Nos termos do disposto no art.º 25.0/n.º1/álínea c) da Lei n.º50/2012, de 31/8, incumbemo-nos, na qualidade de fiscal único da TUB — Empresa Transportes Urbanos de Braga, EM, adiante designada simplesmente por "**TUB**", emitir parecer prévio sobre a celebração dos contratos-programa entre a referida entidade e o Município de Braga, como entidade pública participante.

2. Em 20 de outubro de 2015, emitimos esse parecer quanto a uma minuta de **CONTRATO-PROGRAMA para 2016** que globalmente previa um subsídio à exploração a atribuir pelo Município no montante de 5 213 503,44 euros – a que acresceriam, enquanto valores a entregar pelo Município mas não encargo do mesmo, as comparticipações da Administração Central relativas aos passes 4 18@escola.pt e sub23@superiortp, cujos montantes se estimavam, respetivamente e com base nos valores finais projetados para o ano de 2015, em 10 000,00 Euros e 82.500,00 Euros - no total de 92 500 euros.

3. O subsídio em causa corresponderia à contrapartida das obrigações assumidas pela TUB em matéria de prática de tarifas sociais e de exploração de linhas intrinsecamente deficitárias, cuidando de garantir a universalidade e continuidade do serviço público de transporte de passageiros como fator de promoção da coesão económica e social do concelho – incluindo ainda a verba de 135 500 euros relativa à compensação de gastos financeiros em que a TUB incorre por ter de recorrer a vias alternativas de financiamento, em razão da falta de transferências, pelo Município, para cobertura de prejuízos gerados em exercícios anteriores.

4. Entretanto o Tribunal de Contas veio a entender, em sede de apreciação do respetivo pedido de visto, que o Contrato Programa não poderia incluir o referido montante de € 135 500,00 previsto a título de compensação de gastos financeiros, pelo que Município e a TUB projetam formalizar uma Adenda ao Contrato Programa que, conforme minuta em anexo, exclui o referido montante.

**Responsabilidades**

5. É da responsabilidade do conselho de administração da TUB e do Município o cálculo do valor do subsídio à exploração com base nos pressupostos que lhe estão subjacentes, tendo em conta os objetivos propostos e as condicionantes legais.



Gaspar Castro, Romeu Silva  
& Associados, S.R.O.C., Lda.

CSA Auditores a Gerência

sede:

Edif. Parque das Hortas, 220 - M/N - 4810-275 Guimarães  
tel. 253 439 250 - fax 253 439 259

Praça Camilo Castelo Branco, 31 - S. 43 - 4700-209 Braga  
tel. 253 201 300/5 - fax 253 201 302

NIPC 504 078 500 - OROC nº 153  
Capital Social 10.000,00eur



**CSA Auditores**

Gaspar Castro, Romeu Silva  
& Associados, S.R.O.C., Lda.

**6.** A nossa responsabilidade consiste em verificar a adequação do valor do referido subsídio à exploração, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

## **Âmbito**

**7.** O trabalho a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, designadamente a Diretriz de Revisão/Auditoria 872 Entidades Municipais, Intermunicipais e Metropolitanas, que exige que:

- caso esteja prevista uma fórmula de cálculo tendo por base indicadores variáveis, se examine a fundamentação das previsões em que se baseou o cálculo do valor previsto como contrapartida das obrigações assumidas no âmbito do contrato; e
- se analisem os cálculos do subsídio à exploração com base na minuta do contrato e nos pressupostos preparados pelo conselho de administração.

**8.** A correção do subsídio supra referida, respeitando os restantes pressupostos a que nos referimos no parecer que, como supra referimos, emitimos sobre a MINUTA DE CONTRATO PROGRAMA, assentou no reconhecimento de que era de excluir o aludido montante de € 135 500,00.

## **Parecer**

**9.** As alterações que a projetada Adenda introduz no CONTRATO PROGRAMA não põem em causa o parecer que emitimos a propósito dele próprio, pelo que reiteramos que *com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que permita concluir ou indicié que o valor do subsídio previsto não seja adequado à prossecução dos objetivos propostos.*

Braga, 19 de abril de 2016.



Gaspar Castro, Romeu Silva  
& Associados, S.R.O.C., Lda.

CSA Auditores a Gerência

Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados — SROC, Lda (153)  
Representada por  
Gaspar Vieira de Castro (ROC 557)

sede:

Edif. Parque das Hortas, 220 - M/N - 4810-275 Guimarães  
tel. 253 439 250 - fax 253 439 259

Praça Camilo Castelo Branco, 31 - S. 43 - 4700-209 Braga  
tel. 253 201 300/5 - fax 253 201 302

NIPC 504 078 500 - OROC nº 153  
Capital Social 10.000,00eur